



---

# RELATÓRIO E CONTAS

2020

## ÍNDICE

Relatório de Gestão .....	3
Demonstrações Financeiras .....	12
Parecer do Conselho Fiscal .....	66
Certificação Legal das Contas .....	67



---

# RELATÓRIO DE GESTÃO

2020

Em cumprimento da Lei e do Contrato Social, a Mesa Administrativa vem ora apresentar o **Relatório de Gestão e as Contas** da “Santa Casa da Misericórdia de Meda”, Contribuinte nº 501233296, com sede na Avenida Gago Coutinho e Sacadura Cabral, na Meda. O presente relatório de gestão expressa de forma verdadeira a situação financeira e os resultados da atividade do exercício económico findo em 31 de dezembro de 2020.

## ENQUADRAMENTO

“A Santa Casa da Misericórdia de Meda, é uma Associação pública de fiéis constituída na ordem jurídica canónica, tem personalidade jurídica civil e está reconhecida como instituição particular de solidariedade social inscrita no livro das Irmandades das Misericórdias sob o n.º 60/82 fls. 74 e 74 verso, e surge com o objetivo de satisfazer as carências sociais e praticar atos de culto católico, a sua fundação data de 20 de Agosto de 1926. Tem uma história curta, com altos e baixos, como todas as histórias destas instituições, hoje é uma instituição com uma vida ativa e está muito florescente, estendendo a sua atividade a um lar de 3.ª idade, com capacidade de noventa utentes e valência de acamados, um Centro de Dia com Apoio Domiciliário e ainda a Atividade de Tempos Livres e sempre vocacionada e pronta a debruçar-se sobre toda e qualquer carência social.

A sua constituição como associação e a aprovação dos primeiros estatutos datam de 29 de Abril de 1929.

Da primeira comissão nomeada a fim de organizar os estatutos pelos quais passaria a reger-se a Santa Casa da Misericórdia de Meda, fizeram parte o Dr. Artur Augusto Pereira de Faria como presidente; Dr. Luís Maria Tavares de Albuquerque que desempenhou o cargo de vice-presidente; secretário o Pe. Ivon Augusto do Santo Brandão; tesoureiro o Pe. Álvaro Gomes dos Santos e como vogal o Dr. Artur de Jesus Tomé.

Existia a trabalhar em paralelo com a Misericórdia a Casa dos Pobres, à frente da qual se encontrava entre outros o Dr. Augusto César de Carvalho. Os primeiros e únicos estatutos Casa dos Pobres datam de 22 de Setembro de 1949, foram aprovados por despacho de 22/09/1949 do Subsecretário de Estado da Assistência Social, e publicados no Diário do Governo 240/2.ª



série de 15/10/1949. Aqui funcionava a sopa dos pobres, albergue para velhos e inválidos e um centro materno-infantil.

Em 1961 por despacho de 22 de Março de 1961 do Sr. Ministro da Saúde e Assistência e publicação no Diário do Governo n.º 77 2.ª série de 3 de Abril de 1961, dá-se a integração da chamada Casa dos Pobres na Misericórdia, pois na opinião do Sr. Ministro, era completamente descabida a existência de duas Instituições a trabalhar isoladamente.

A 6 de Maio de 1961 foi efetuada por parte da direção da Casa dos Pobres à direção da Santa Casa da Misericórdia a entrega de todos os bens e valores.

Como é do domínio público a determinada altura o Estado, reconhecendo necessidade de se debruçar atentamente sobre a medicina-preventiva, cria, por despacho ministerial, os chamados “Centros de Saúde” que em virtude desta determinação, começam a proliferar por toda a parte, chegando também a vez da vila de Meda.

Por isso a 8 de Outubro de 1971, à falta de instalações próprias e por cedência da Mesa, então em funções, instala-se na dita Casa dos Pobres, já então saturada, os serviços do Centro de saúde.

Situação que se manteve, trazendo atritos para a Misericórdia e provocando desentendimentos constantes entre a mesma e os serviços de saúde, até 1 de Setembro de 1981, data em que entrou em funções o novo e belo edifício do Centro de Saúde, construído com dinheiros Americanos e sob a orientação do Governo Português.

Através da celebração de protocolos com as diversas entidades regionais procura criar sinergias que potenciem a valorização económica dos recursos da região. Visa, em particular, apoiar a atividade das Instituições Particulares de Solidariedade Social, apoiar atividades de promoção da formação integral dos jovens, nomeadamente através do desporto e do aumento dos níveis de literacia financeira, e apoiar atividades culturais e de investigação científica em áreas com interesse na região.

A Santa Casa da Misericórdia de Meda teve como primeiro Provedor o Dr. Luís Tavares Albuquerque, natural da freguesia da Coriscada deste Concelho de Meda. Aqui exerceu



durante muito tempo as funções de notário, sabendo enfrentar com dignidade as primeiras dificuldades, mas procurando inculcar, um certo espírito religioso e caritativo, que sempre presidiu à fundação destas Instituições e esteve patente nos propósitos da rainha D. Leonor, obreira das primeiras Misericórdias, que apareceram em Portugal.

O seu mandato estendeu-se até 11 de Março de 1941, seguindo-se no desempenho das mesmas funções, o Dr. Fernando Augusto Alonso, que se manteve à frente dos destinos da Misericórdia até 3 de Junho de 1957, sendo substituído, por António Augusto de Carvalho, que estendeu o seu mandato até 4 de Fevereiro de 1962, seguiu-se o Sr. Claudino Soares Rebelo, Provedor até 19 de Fevereiro de 1967, dando lugar a Adriano da Assunção que esteve à frente da Misericórdia até 29 de Setembro de 1974. Nesta altura desponta no horizonte da vida da Misericórdia, o Padre Urbelino dos Santos Martins Pinto, que com uma visão clara da panorâmica das Misericórdias, soube imprimir um certo dinamismo e calor humano a esta obra que hoje é grandiosa e querida das gentes da Meda, que a acarinham e respeitam como empreendimento mais valioso do Concelho, dedicando-se por inteiro à Instituição até ao dia 21 de Março do ano de 1999.

É empossada nova direcção nesse mesmo dia cuja Mesa Administrativa passou a ser presidida pelo Senhor Provedor Dr. Anselmo Antunes de Sousa que atualmente se mantém e que tomou posse mais uma vez no passado dia 07 de Janeiro do ano de 2017.”

*in: [www.misericordiameda.com](http://www.misericordiameda.com)*



## RELATÓRIO DE ATIVIDADE

O ano de 2018 fica marcado pela Inauguração do Lar Nossa Senhora de Fátima com capacidade para 40 camas, tendo a atividade continuado com normalidade no ano seguinte. Para este lar foi conseguido acordo de cooperação com a segurança social como forma de permitir uma melhor viabilidade financeira.

## VALÊNCIAS

Centro de Apoio a Idosos

### Lar Dr. Joaquim Nunes Saraiva (1.ª Fase)

- Capacidade internamento - 68 utentes 60 dos quais c/ acordo de cooperação com a Segurança Social.

#### Serviços Prestados

- Cuidados de saúde, higiene e bem-estar;
- Alimentação
- Tratamento de roupas;
- Organização de atividades lúdico-recreativas;
- Serviços Religiosos.

### Lar -Fase 2

- Capacidade internamento - 33 utentes 20 dos quais c/ acordo de cooperação com a Segurança Social.

#### Serviços Prestados

- Cuidados de saúde, higiene e bem-estar;
- Alimentação
- Tratamento de roupas;



- Organização de atividades lúdico-recreativas;
- Serviços Religiosos.

#### Centro de Dia

- Capacidade: 30 utentes 11 dos quais c/ acordo de cooperação com a Segurança Social.

#### Serviços Prestados

- Alimentação;
- Organização de atividades lúdico-recreativas;
- Serviços Religiosos.

#### Apoio Domiciliário

- Capacidade: 50 utentes –Acordo de Cooperação só para 36 utentes.

#### Serviços Prestados

- Alimentação;
- Higiene Pessoal;
- Higiene habitacional;
- Tratamento de roupas.

#### Lar Nossa Senhora de Fátima

- Capacidade de internamento: 40 utentes sem qualquer acordo de cooperação com a Segurança Social.

#### Serviços Prestados

- Cuidados de saúde, higiene e bem-estar;
- Alimentação Tratamento de roupas;
- Organização de atividades lúdico-recreativas;
- Serviços Religiosos.





### Atividade de Tempos Livres (ATL)

- Capacidade: 50 utentes - Acordo de Cooperação só para 49 utentes.

### Serviços Prestados

- Alimentação (Lanche);
- Acompanhamento nos trabalhos escolares;
- Organização de atividades lúdico-recreativas.

### Cantinas Sociais

Considerando que o XIX Governo Constitucional definiu no seu programa, como um dos seus objetivos estratégicos, um amplo modelo de inovação social, que permitisse dar auxílio e respostas a situações de grave carência social é criado o Programa de Emergência Alimentar, inserido na Rede Solidária de Cantinas Sociais, que permite garantir às pessoas e/ou famílias que mais necessitam, o acesso a refeições diárias gratuitas uniu-se a Santa Casa da Misericórdia de Meda a este programa proporcionando assim as devidas refeições aos mais carenciados.

Capacidade: 16 utentes, todos com acordo de Cooperação.



## Enquadramento Económico

O ano de 2020 ficará na memória de todos por ser um ano pandémico. De facto, a pandemia de coronavírus (COVID-19) afetou de forma dramática as nossas vidas, sem exceção. A atividade económica mundial e da área do euro, foi fortemente atingida, desde inícios de 2020.

Após uma queda significativa no primeiro trimestre, o produto interno bruto (PIB) real da área do euro desceu 11,8% no segundo trimestre. Este colapso sem precedentes da atividade reflete o impacto negativo das medidas de confinamento rigorosas, aplicadas na maioria dos países da área do euro em meados de março. O impacto foi posteriormente atenuado pela flexibilização gradual de medidas de desconfinamento, a partir de maio, assim como por alterações comportamentais em resposta à pandemia.

A pandemia Covid-19 afetou profundamente a atividade económica em 2020 e Portugal não foi diferente do resto do mundo. As medidas de contenção da crise de saúde pública e a atitude de precaução dos agentes económicos determinaram uma queda sem precedentes do PIB na primeira metade do ano. As projeções apresentadas assumem que as restrições serão gradualmente retiradas a partir do primeiro trimestre de 2021, embora a atividade fique condicionada até ao início de 2022, altura em que uma solução médica eficaz, se perspetiva, estará plenamente implementada.

No primeiro semestre de 2020, a atividade diminuiu 17,3%, em termos acumulados, face ao final de 2019. No terceiro trimestre, após o gradual levantamento das medidas de contenção, assistiu-se a uma recuperação rápida e acentuada da atividade, com um crescimento do PIB de 13,3% face ao trimestre anterior. Esta recuperação, superior à antecipada, beneficiou da realização de despesa adiada durante o período de confinamento e da recuperação da generalidade das atividades produtivas. A trajetória de recuperação foi invertida no quarto trimestre com a implementação de novas medidas de contenção em Portugal e nos principais parceiros comerciais.

Neste enquadramento, a queda do PIB final, em 2020, será de 8,1%. Os anos seguintes, perspetivam-se anos de crescimento: de 3,9% em 2021, 4,5% em 2022 e 2,4% em 2023. A recuperação da atividade passará por uma melhoria do mercado de trabalho, perspetivando-



se um aumento do emprego e uma redução da taxa de desemprego a partir de meados de 2021.

A pandemia tem um impacto assimétrico na atividade económica, sendo mais negativo nos setores mais afetados pelas medidas de distanciamento social. Esta heterogeneidade é também visível quando se comparam empresas com dinâmicas de crescimento distintas antes da pandemia. A inflação apresenta um aumento gradual e contido ao longo do horizonte de projeção, atingindo 1,1% em 2023, num quadro de prevalência de subutilização dos recursos produtivos e de manutenção das expectativas de inflação em níveis baixos.

Em 2020, a economia portuguesa apresenta necessidades líquidas de financiamento face ao exterior. A deterioração da balança corrente e de capital decorre da evolução da balança de bens e serviços e, em particular, da redução do excedente dos serviços relacionados com o turismo. De 2021 a 2023, a balança corrente e de capital volta a apresentar um saldo positivo refletindo a melhoria da balança de bens e serviços e o aumento da entrada de fundos europeus.

Tomando como referência as projeções mais recentes, a economia portuguesa crescerá acima da área do euro no período 2022-23, o que traduz uma retoma do processo gradual de convergência real. Neste período as exportações portuguesas deverão crescer acima das da zona do euro. As perspetivas para a economia portuguesa estão rodeadas de uma incerteza elevada associada à evolução da pandemia e à implementação no curto prazo de uma solução médica eficaz em larga escala. A resposta dos agentes económicos às medidas de proteção da saúde pública e o impacto das medidas de apoio também acarretam incertezas.

### **Análise das Demonstrações financeiras**

A análise dos rendimentos e gastos operacionais permite avaliar em que medida a Instituição consegue gerar recursos provenientes das atividades operacionais sem levar em consideração os efeitos das depreciações dos bens do ativo.



No exercício económico de 2020 os rendimentos globais atingiram o valor de 2.047.426 €, sendo que a sua proveniência se decompõe da seguinte forma:

<b>Rendimentos</b>	<b>2020</b>		<b>2019</b>		<b>variação</b>	
Vendas e serviços prestados	1 133 529,56	55,4%	1 140 080,76	59,1%	-6 551,20	-0,6%
Subsídios, doações e legados à exploração	783 181,77	38,3%	682 334,18	35,3%	100 847,59	14,8%
Reversões de imparidades	2 440,84	0,1%		0,0%	2 440,84	
Outros rendimentos e ganhos	128 273,46	6,3%	107 884,38	5,6%	20 389,08	18,9%
	<b>2 047 425,63</b>		<b>1 930 299,32</b>		<b>117 126,31</b>	<b>6,1%</b>

Da tabela acima é possível verificar que os rendimentos no ano da pandemia cresceram cerca de 6,1%, tendo ultrapassado os 2 milhões de euros. As vendas e serviços prestados aos utentes continuam a ser principal fonte de rendimentos, mas percebe-se que a Instituição tem tido a capacidade para procurar apoios junto de diversas entidades oficiais, que se refletem num aumento de cerca de 100.000 euros nos subsídios arrecadados, os quais representam cerca de 38,3% dos rendimentos totais. Os outros rendimentos e ganhos referem-se principalmente aos rendimentos gerados com as rendas de imóveis não sociais obtidos durante o ano.

No que se refere ao ano de 2020 a estrutura de rendimentos encontra-se espelhada no gráfico abaixo:

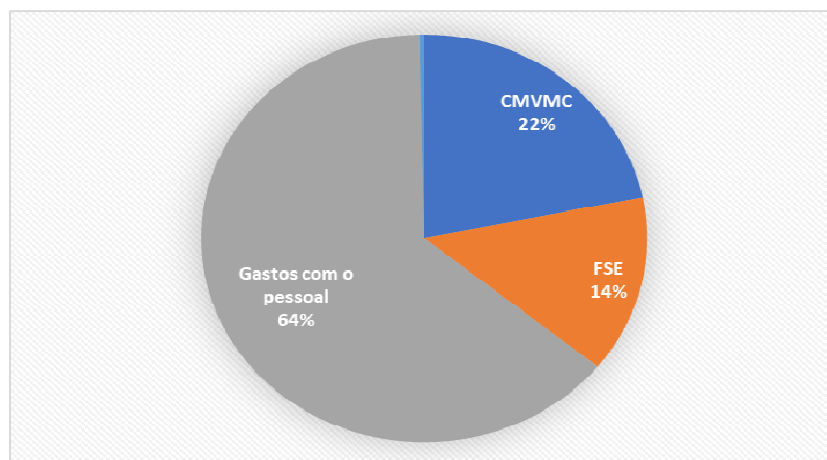


No que concerne à estrutura dos gastos antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, o valor global de 2020 ascendeu a 1.935.083 euros, conforme tabela a seguir apresentada. Este valor é muito semelhante ao do ano anterior, pois apenas representa um aumento de 0,8% em relação ao ano anterior, que reflete a estabilidade dos valores em cada

uma das rubricas individualmente. De notar que a principal rubrica é a que se refere aos gastos com o pessoal, que mantiveram o valor do ano anterior.

<b>Gastos</b>	<b>2020</b>		<b>2019</b>		<b>variação</b>	
CMVMC	421 446,35	21,8%	395 125,05	20,6%	26 321,30	6,7%
FSE	272 181,19	14,1%	267 888,16	14,0%	4 293,03	1,6%
Gastos com o pessoal	1 234 240,20	63,8%	1 231 656,52	64,2%	2 583,68	0,2%
Imparidade de dívidas a receber		0,0%	802,50	0,0%	-802,50	-100,0%
Outros gastos e perdas	7 215,42	0,4%	23 805,47	1,2%	-16 590,05	-69,7%
	<b>1 935 083,16</b>		<b>1 919 277,70</b>		<b>15 805,46</b>	<b>0,82%</b>

A estrutura de gastos do último ano encontra-se refletida no gráfico abaixo:



A Instituição gere um conjunto de equipamentos de grande valor, conforme evidenciado no Ativo fixo tangível apresentado no Balanço, que origina um elevado valor nos gastos de depreciação evidenciado na demonstração de resultados, motivo pelo qual os resultados não são positivos.

Excluindo este efeito das depreciações e, apesar do período de COVID-19 que originou gastos extraordinários associados à gestão da pandemia e a dificuldades na gestão dos utentes dos lares, incluindo impedimentos à admissão de novos utentes, a gestão operacional da Instituição evidenciada nos resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos revela-se positiva.

O quadro abaixo resume os gastos e os rendimentos das valências com valores mais significativos.

	LAR	LARN SRA DE FATIMA	FASE 2	APOIO DOMICILIARIO	Outras
<b>61</b> Custo das mercadorias vendidas e das matérias:	258 910,15	88 371,44	0,00	59 032,61	15 132,15
<b>62</b> Fornecimentos e serviços externos	123 215,75	51 682,40	3 329,12	25 734,44	68 219,48
<b>63</b> Gastos com o Pessoal	611 636,58	210 152,16	214 269,73	53 085,17	145 096,56
<b>64</b> Gastos de depreciação e de amortização	104 626,07	39 632,81	23 868,96	192,28	7 144,98
<b>65</b> Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	659,16
<b>68</b> Outros gastos	370,66	250,00	0,00	250,00	6 344,76
<b>69</b> Gastos de financiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	1,17
<b>72</b> Prestações de serviços	-521 296,44	-279 917,65	-245 681,59	-39 617,35	-47 016,53
<b>75</b> Subsídios, doações e legados à exploração	-372 031,80	-31 667,44	-128 333,59	-113 586,60	-137 562,34
<b>76</b> Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 100,00
<b>78</b> Outros rendimentos	0,00	-11 128,84	0,00	-231,73	-116 912,89
<b>Resultados</b>	205 430,97	67 374,88	-132 547,37	-15 141,18	-61 993,50

A análise ao balanço permite perceber o elevado valor dos investimentos realizados pela Misericórdia, o qual tem sido suportado essencialmente pelos fundos próprios. Ao nível de curto prazo, é verificado que o total do ativo é ligeiramente superior ao passivo no último ano. Daqui resulta a existência de indicadores de estrutura financeira adequada.

	2020		2019	
Ativo não corrente	3 577 655,85	84,1%	3 739 337,24	90,1%
Ativo corrente	676 752,65	15,9%	409 430,74	9,9%
Total do ativo	4 254 408,50		4 148 767,98	
Fundos Patrimoniais	3 646 829,23	85,7%	3 720 850,11	89,7%
Passivo não corrente	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Passivo corrente	607 579,27	14,3%	436 382,67	10,5%
Total Capital Próprio e Passivo	4 254 408,50		4 157 232,78	

Ao nível dos investimentos o ano de 2020 não foi propício à realização de investimentos, no entanto, sempre orientando a sua política por princípios de rigor, visando a maximização da qualidade na prestação de serviços, foram efetuados alguns investimentos em bens sempre que necessário para algumas das valências e, por norma, em substituição de outros bens antigos.



### Principais riscos e incertezas

A gestão do risco obriga à permanente monitorização das operações para previsão de acidentes e perigos futuros possibilitando a elaboração de medidas e estratégias de minimização dos mesmos dentro dos contextos sociais.

Sem nunca descurar a qualidade dos serviços prestados, permanecerá o esforço de contenção de gastos e gestão criteriosa dos recursos disponíveis para se procurar dar a resposta mais adequada a todos quanto procuram a nossa Instituição.

Para esse efeito, o esforço de modernização e renovação das respostas sociais continuará em permanência, no sentido de facultar os recursos mais adequados aos profissionais e aos utentes.

A adoção de formas de organização e gestão, que mantendo a tradição e missão originais, criem mais valor, irão permitir reforçar o papel que desempenha em termos económicos e da relevância nas áreas em que atua na prestação de serviços para dar resposta às necessidades e solicitações da comunidade.

Dada a sua dimensão, a Santa Casa gere fluxos significativos de capital, pelo que devem existir boas praticas de gestão financeira. Nesse sentido, também ao nível do risco de crédito, é importante antever e prevenir situações de incumprimento conhecendo e acompanhando adequadamente os seus utentes e clientes, procurando soluções para uma otimização das cobranças, que permita manter a atividade sem correr riscos suplementares e manter a sustentabilidade.

As operações são monitorizadas pela análise das necessidades do fundo de maneio e tesouraria, visando a diminuição dos custos, melhorando o desempenho e promovendo a preservação de valor.

Em suma, a Misericórdia da Mêda não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações, pelo que entende que as obrigações assumidas, não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela Instituição.



### **Evolução previsível da atividade e continuidade da atividade**

A Misericórdia da Meda tem procurado assegurar o bem-estar permanente de todos os colaboradores e procedeu à implementação de um conjunto de ações preventivas acrescidas para proteger a sua saúde e promover a segurança, tendo por base as recomendações da Direção Geral de Saúde para fazer face à pandemia.

A Misericórdia da Meda permanecerá atenta e cuidadosa perante os riscos que poderão surgir para a sua área de atuação, quer em termos operacionais, de investimento ou financeiros. Existe a convicção de que com prevenção, serenidade e em conjugação de esforços com parceiros se está preparado para enfrentar este desafio.

O trabalho desenvolvido nas diversas áreas de atuação, financeira e operacional, permite acreditar fielmente na capacidade da Misericórdia da Meda em cumprir o princípio da continuidade. Apesar dos constrangimentos que o COVID-19 tem imposto, a Mesa Administrativa mantém a firme convicção que a sua atividade continuará de ser executada de forma normal em função dos interesses dos seus utentes.

A Misericórdia da Meda apresenta uma estrutura de financiamento adequada, que reflete os capitais próprios positivos fruto da acumulação de resultados e de outras variações de capital. Os resultados negativos nos últimos anos não são preocupantes por não estarem relacionados com problemas estruturais e por estarem relacionados com a política de depreciações. Prevê-se que a atividade perdure no tempo sem qualquer tipo de problemas legais, financeiros e económicos.

Prevê-se que o ano de 2020 seja um ano de continuidade da Instituição em termos de apoio social à comunidade local e aos utentes dos serviços disponibilizados à comunidade pela Misericórdia da Mêda.

### **Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício**

De 31 de dezembro de 2020, até à data de emissão deste relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da instituição.





**Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social**

A Misericórdia tem a sua situação tributária e de segurança social regularizada.

**Proposta de aprovação das Demonstrações Financeiras e aplicação do Resultado**

A Mesa Administrativa propõe que as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2020, que incluem um total de Ativos de 4 254 408,50 Euros, Fundos Próprios de 3 646 829,23 Euros e Passivo de 607 579,27 Euros, sejam aprovadas.

A Mesa Administrativa propõe, ainda, que o Resultado Líquido negativo de 63 123,80 Euros seja aplicado em Resultados transitados.

**Agradecimentos**

A Mesa Administrativa agradece a colaboração prestada por todos os trabalhadores, Fornecedores, Instituições Bancárias, e demais entidades que com ela se relacionaram.

Mêda, 15 de junho de 2021.

**A Mesa Administrativa**

Anselmo Antunes de Sousa

Jorge Adalberto Marques Daniel

António João do Nascimento

Luís Filipe Branco Lopes

António José Borges Prata





# Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2020



## Índice

Demonstrações Financeiras .....	4
Anexo .....	28
1. Identificação da Entidade .....	28
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	30
3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	31
3.1. Bases de Apresentação .....	31
3.2. Principais Políticas Contabilísticas .....	33
3.3. Alterações nas políticas contabilísticas .....	44
3.4. Alterações nas estimativas contabilísticas.....	44
3.6. Acontecimentos subsequentes.....	44
4. Ativos Fixos Tangíveis .....	45
4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis.....	45
4.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos .....	47
4.3. Ativo fixo tangível revalorizado .....	47
5. Ativos Intangíveis .....	48
5.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis .....	48
5.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos .....	50
6. Custos de Empréstimos Obtidos.....	50
6.1. Indicação da quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada .....	50
7. Inventários .....	51
7.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários.....	51
7.2. Quantia total escriturada de inventários.....	51
7.3. Quantia de ajustamentos de inventários reconhecida como gasto do período .....	51
8. Rendimentos e Gastos .....	53
8.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito.....	53
8.2. Quantia e natureza de elementos de rendimentos ou dos gastos excepcionais. ....	54
8.3. Rédito.....	54
9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....	54
9.1. Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada .....	54
9.2. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes .....	54



9.3. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de ativos contingentes .....	54
9.4. Indicação do valor dos Fundos Permanentes .....	55
10. Subsídios e outros apoios das Entidades Públicas .....	55
10.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período .....	55
10.2. Benefícios sem valor atribuído obtidos de terceiras entidades. ....	55
10.3. Principais doadores/fontes de fundos .....	55
11. Instrumentos Financeiros .....	57
11.1. Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes .....	57
11.2. Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor .....	57
11.3. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período .....	57
11.4. Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa	58
11.5. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço .....	58
11.6. Ajustamentos de valor reconhecidos no período .....	62
11.7. Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e superior a um ano .....	62
11.8. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e superior a um ano .....	62
12. Subsídios, doações e legados à exploração .....	63
13. Fornecimentos e serviços externos .....	63
14. Outros rendimentos e Outros gastos .....	64
14.1. Outros rendimentos e ganhos .....	64
14.2. Outros gastos e perdas .....	64
15. Resultados Financeiros .....	65
16. Benefícios dos empregados .....	65
16.1. Número médio de empregados durante o período .....	65
16.2. Compromissos existentes em matéria de pensões. ....	65
16.3. Membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão .....	65
17. Acontecimentos após data de Balanço .....	67
17.1. Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais após a data do balanço. ....	67
18. Agricultura .....	68
18.1. Identificação das categorias de ativos biológicos e produtos agrícolas .....	68
18.2. Justo valor e alterações no justo valor inscritas na demonstração de resultados .....	68
19. Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	68



19.1. Quantia agregada do dispêndio de pesquisa e desenvolvimento.....	68
19.2. Outras .....	68
20. Outras divulgações.....	69
20.1. Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas:.....	69
20.2. Outras divulgações consideradas relevantes .....	69



## Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Méda

Balanço individual em 31 de dezembro de 2020

valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	Período	
		31.12.2020	31.12.2019
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	3 566 349,43	3 739 337,24
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis	5		
Investimentos financeiros	11.5	11 306,42	8 464,80
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não correntes			
		3 577 655,85	3 747 802,04
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	7	33 023,15	36 465,47
Créditos a receber	11.5	103 520,23	81 673,83
Estado e outros entes públicos	11.5	7 497,30	2 638,61
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11.5		
Diferimentos	11.5	12 568,63	10 602,99
Outros ativos correntes	11.5	233 515,89	128 148,43
Caixa e depósitos bancários	11.5	286 627,45	149 901,41
		676 752,65	409 430,74
<b>Total do Ativo</b>		4 254 408,50	4 157 232,78
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>			
Fundos	11.3	140 215,31	140 215,31
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	11.3	2 144 060,49	2 314 690,64
Excedentes de revalorização	4.3 / 11.3		
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	4.3 / 11.3	1 425 677,23	1 436 574,31
		3 709 953,03	3 891 480,26
Resultado líquido do período		(63 123,80)	(170 630,15)
<b>Total dos Fundos patrimoniais</b>		3 646 829,23	3 720 850,11
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	11.5	146 274,62	84 948,14
Estado e outros entes públicos	11.5	27 527,79	25 110,48
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11.5		
Financiamentos obtidos	6		
Diferimentos	11.5	191 425,21	80 991,50
Outros passivos correntes	11.5	242 351,65	245 332,55
		607 579,27	436 382,67
<b>Total do Passivo</b>		607 579,27	436 382,67
<b>Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo</b>		4 254 408,50	4 157 232,78



Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Mêda

Demonstração individual dos resultados por naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2020

valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		
		31/12/2020	31/12/2019	
Vendas e serviços prestados	+	8	1 133 529,56	1 140 080,76
Subsídios, doações e legados à exploração	+	10 / 12	783 181,77	682 334,18
Variação nos inventários da produção	+/-			
Trabalhos para a própria entidade	+			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	7	(421 446,35)	(395 125,05)
Fornecimentos e serviços externos	-	13	(272 181,19)	(267 888,16)
Gastos com pessoal	-	16	(1 234 240,20)	(1 231 656,52)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	-/+			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	11.5	2 440,84	(802,50)
Provisões (aumentos/reduções)	-/+	9		
Provisões específicas (aumentos/reduções)	-/+	9		
Outras imparidades (perdas/reversões)	-/+			
Aumentos/Reduções de justo valor	+/-			
Outros rendimentos e ganhos	+	14.1	128 273,46	107 884,38
Outros gastos e perdas	-	14.2	(7 215,42)	(23 805,47)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	=		112 342,47	11 021,62
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	4 / 5	(175 465,10)	(181 624,00)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	=		(63 122,63)	(170 602,38)
Juros e rendimentos similares obtidos	+			
Juros e gastos similares suportados	-	6 / 15	(1,17)	(27,77)
<b>Resultado antes de impostos</b>	=		(63 123,80)	(170 630,15)
Imposto sobre rendimento do período	-/+			
<b>Resultado líquido do período</b>	=		(63 123,80)	(170 630,15)



## Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Mêda

Demonstração individual dos resultados por funções

Período findo em 31 de dezembro de 2020

valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31/12/2020														31/12/2019			
		9000	9002	9003	9004	9005	9006	9007	9010	9011	9012	9018	9050	9060	9070		Total		
		GERAL	LAR	CASA BEM ESTAR	CENTRO DE DIA	ATL	FASE 2	APOIO DOMICILIARI O	BAIRRO SOCIAL	RENDAS LISBOA	RENDAS EJA	CANTINA SOCIAL	FISIOT	POISE	CLDS 4G		Total		
Vendas e serviços prestados	+	8	3 367,34	521 296,44	279 917,65	15 142,69	6 332,00	245 681,59	39 617,35	11 340,00			10 367,50	467,00			1 133 529,56	1 140 080,76	
Custo das vendas e dos serviços prestados	-			(258 910,15)	(88 371,44)	(7 829,47)	(264,98)		(59 032,61)				(7 037,70)				(421 446,35)	(395 125,05)	
<b>Resultado bruto</b>	=		3 367,34	262 386,29	191 546,21	7 313,22	6 067,02	245 681,59	(19 415,26)	11 340,00			3 329,80	467,00			712 083,21	744 955,71	
Outros rendimentos	+	10 / 12 / 14.1	26 111,30	372 031,80	42 796,28	22 678,53	28 568,28	128 333,59	113 818,33	3 085,00	17 526,78	95 619,54				31 805,83	32 179,97	914 555,23	790 218,56
Gastos de distribuição	-																		
Gastos administrativos	-	11.5 / 13 / 16	(100 230,07)	(734 852,33)	(261 834,56)	(9 337,13)	(39 865,36)	(217 598,85)	(78 819,61)	(1 281,03)	(535,62)	(13 571,41)	(3 200,21)	(335,75)	(13 411,23)	(32 207,39)	(1 507 080,55)	#####	
Gastos de investigação e desenvolvimento	-																		
Outros gastos	-	4 / 5 / 14.2	(6 206,70)	(104 996,73)	(39 882,81)			(23 868,96)	(442,28)	(5 981,83)	(354,00)	(175,10)		(90,82)	(681,29)		(182 680,52)	(205 429,47)	
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	=		(76 958,13)	(205 430,97)	(67 374,88)	20 654,62	(5 230,06)	132 547,37	15 141,18	7 162,14	16 637,16	81 873,03	129,59	40,43	17 713,31		(63 122,63)	(170 602,38)	
Gastos de financiamento (líquidos)	-	6/15	(1,17)														(1,17)	(27,77)	
<b>Resultados antes de impostos</b>	=		(76 959,30)	(205 430,97)	(67 374,88)	20 654,62	(5 230,06)	132 547,37	15 141,18	7 162,14	16 637,16	81 873,03	129,59	40,43	17 713,31		(63 123,80)	(170 630,15)	
Imposto sobre o rendimento do período	-/+																		
<b>Resultado líquido do período</b>	=		(76 959,30)	(205 430,97)	(67 374,88)	20 654,62	(5 230,06)	132 547,37	15 141,18	7 162,14	16 637,16	81 873,03	129,59	40,43	17 713,31		(63 123,80)	(170 630,15)	





## Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Mêda

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período 2020

valores em Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses minoritários	Total dos fundos patrimoniais	
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020</b>	<b>6</b>	140 215,31			2 314 690,64		1 436 574,31	(170 630,15)	3 720 850,11		3 720 850,11
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11.3										
	<b>7</b>	140 215,31			2 314 690,64		1 436 574,31	(170 630,15)	3 720 850,11		3 720 850,11
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>8</b>							(63 123,80)	(63 123,80)		(63 123,80)
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	<b>9=7+8</b>								3 657 726,31		3 657 726,31
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Distribuições					(170 630,15)			170 630,15			
Outras operações							(10 897,08)		(10 897,08)		(10 897,08)
	<b>10</b>				(170 630,15)		(10 897,08)	107 506,35	(10 897,08)		(10 897,08)
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020</b>	<b>11=6+7+8+10</b>	140 215,31			2 144 060,49		1 425 677,23	(63 123,80)	3 646 829,23		3 646 829,23



Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Mêda

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período 2019

valores em Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses minoritários	Total dos fundos patrimoniais	
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019</b>	<b>6</b>	140 215,31			2 684 309,01		1 447 471,39	(369 618,37)	3 902 377,34		3 902 377,34
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11.3										
	<b>7</b>	140 215,31			2 684 309,01		1 447 471,39	(369 618,37)	3 902 377,34		3 902 377,34
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>8</b>							(170 630,15)	(170 630,15)		(170 630,15)
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	<b>9=7+8</b>								3 731 747,19		3 731 747,19
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Distribuições					(369 618,37)			369 618,37			
Outras operações							(10 897,08)		(10 897,08)		(10 897,08)
	<b>10</b>				(369 618,37)		(10 897,08)	198 988,22	(10 897,08)		(10 897,08)
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2019</b>	<b>11=6+7+8+10</b>	140 215,31			2 314 690,64		1 436 574,31	(170 630,15)	3 720 850,11		3 720 850,11



Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Méda

Demonstração individual dos fluxos de caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2020

valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2020	31/12/2019
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes	+	1 116 348,00	1 126 913,17
Recebimentos de subsídios	+	772 005,90	682 924,63
Pagamentos de subsídios	-		
Pagamentos de apoios	-		
Pagamentos de bolsas	-		
Pagamentos a fornecedores	-	(630 978,16)	(661 161,46)
Pagamentos ao pessoal	-	(1 221 264,92)	(1 223 605,99)
Caixa gerada pelas operações	+/-	36 110,82	(74 929,65)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+		
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	24 551,27	12 429,77
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	<b>(1)</b>	<b>60 662,09</b>	<b>(62 499,88)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-	(20 553,76)	(25 901,84)
Ativos intangíveis	-		
Investimentos financeiros	-	(2 841,62)	(2 672,37)
Outros ativos	-		
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	+		
Ativos intangíveis	+		
Investimentos financeiros	+		
Outros ativos	+		
Subsídios ao investimento	+		
Juros e rendimentos similares	+	98 572,44	94 910,28
Dividendos	+		
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>	<b>(2)</b>	<b>75 177,06</b>	<b>66 336,07</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+		
Realização de fundos	+		
Cobertura de prejuízos	+		
Doações	+	888,06	270,00
Outras operações de financiamento	+		
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-		
Juros e gastos similares	-	(1,17)	(27,77)
Dividendos	-		
Reduções de fundos	-		
Outras operações de financiamento	-		
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>(3)</b>	<b>886,89</b>	<b>242,23</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(1)+(2)+(3)</b>	<b>136 726,04</b>	<b>4 078,42</b>
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	11.5	149 901,41
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	11.5	286 627,45



## Anexo

### 1. Identificação da Entidade

---

A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MÊDA, é uma irmandade, Instituição Particular de Solidariedade inscrita no livro das Irmandades das Misericórdias sob o n. 60/82 fls 74 e 74 verso.

As suas atividades centram-se no apoio a pessoas idosas com e sem alojamento bem como a crianças do primeiro ciclo.

“A Santa Casa da Misericórdia de Meda, é uma Associação pública de fiéis constituída na ordem jurídica canónica, tem personalidade jurídica civil e está reconhecida como instituição particular de solidariedade social inscrita no livro das Irmandades das Misericórdias sob o n.º 60/82 fls. 74 e 74 verso, e surge com o objetivo de satisfazer as carências sociais e praticar atos de culto católico, a sua fundação data de 20 de Agosto de 1926. Tem uma história curta, com altos e baixos, como todas as histórias destas instituições, hoje é uma instituição com uma vida ativa e está muito florescente, estendendo a sua atividade a um lar de 3.ª idade, com capacidade de noventa utentes e valência de acamados, um Centro de Dia com Apoio Domiciliário e ainda a Atividade de Tempos Livres e sempre vocacionada e pronta a debruçar-se sobre toda e qualquer carência social. A sua constituição como associação e a aprovação dos primeiros estatutos datam de 29 de Abril de 1929.”

A Misericórdia da Mêda tem como fim primordial a solidariedade social e a ação social. Neste âmbito, são prosseguidos os seguintes objetivos:

#### **O apoio a idosos Centro de Apoio a Idosos**

##### Serviços Prestados

- Cuidados de saúde, higiene e bem-estar;
- Alimentação
- Tratamento de roupas;
- Organização de atividades lúdico-recreativas;
- Serviços Religiosos.

#### **Lar -Fase 2**



- Capacidade internamento - 33 utentes 20 dos quais c/ acordo de cooperação com a Segurança Social.

#### Serviços Prestados

- Cuidados de saúde, higiene e bem-estar;
- Alimentação
- Tratamento de roupas;
- Organização de atividades lúdico-recreativas;
- Serviços Religiosos.

#### Centro de Dia

- Capacidade: 30 utentes 11 dos quais c/ acordo de cooperação com a Segurança Social.

#### Serviços Prestados

- Alimentação;
- Organização de atividades lúdico-recreativas;
- Serviços Religiosos.

#### Apoio Domiciliário

- Capacidade: 50 utentes –Acordo de Cooperação só para 36 utentes.

#### Serviços Prestados

- Alimentação;
- Higiene Pessoal;
- Higiene habitacional;
- Tratamento de roupas.

#### Lar Nossa Senhora de Fátima

- Capacidade de internamento: 40 utentes sem qualquer acordo de cooperação com a Segurança Social.

#### Serviços Prestados

- Cuidados de saúde, higiene e bem-estar;
- Alimentação Tratamento de roupas;



- Organização de atividades lúdico-recreativas;
- Serviços Religiosos.

#### **Atividade de Tempos Livres (ATL)**

- Capacidade: 50 utentes - Acordo de Cooperação só para 49 utentes.

#### Serviços Prestados

- Alimentação (Lanche);
- Acompanhamento nos trabalhos escolares;
- Organização de atividades lúdico-recreativas.

#### **Cantinas Sociais**

Considerando que o XIX Governo Constitucional definiu no seu programa, como um dos seus objetivos estratégicos, um amplo modelo de inovação social, que permitisse dar auxílio e respostas a situações de grave carência social é criado o Programa de Emergência Alimentar, inserido na Rede Solidária de Cantinas Sociais, que permite garantir às pessoas e/ou famílias que mais necessitam, o acesso a refeições diárias gratuitas uniu-se a Santa Casa da Misericórdia de Meda a este programa proporcionando assim as devidas refeições aos mais carenciados.

- Capacidade: 16 utentes, todos com acordo de Cooperação.

## **2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

---

### **2.1 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

As Demonstrações Financeiras de 2020 foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2015 de 9 de Março, o qual integra o sistema de normalização contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No referido decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);



- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 24 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

**2.2 — Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.**

Não foram derogadas quaisquer disposições do sistema de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

**2.3 — Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.**

Não existem quaisquer contas que não sejam comparáveis com as do ano anterior, nem foram efetuadas alterações às quantias relativas ao período anterior.

### **3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1. Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### **3.1.1. Continuidade**



Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### **3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Notas 11.5) e “Diferimentos” (Nota 11.5).

### **3.1.3. Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **3.1.4. Materialidade e Agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste Anexo.

### **3.1.5. Compensação**





Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **3.1.6. Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta: a) a natureza da reclassificação; b) a quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e c) razão para a reclassificação.

## **3.2. Principais Políticas Contabilísticas**

### **3.2.1. Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

#### **a) Ativos Fixos Tangíveis**

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.



As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

No “*Ativo fixo tangível*” são também reconhecidas as “*Propriedades de Investimento*”, que incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “*Propriedades de Investimento*” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “*Aumentos/reduções de justo valor*”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “*Propriedades de investimento em desenvolvimento*” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “*Varição de valor das propriedades de investimento*”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração



dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

**b) Bens do património histórico e cultural**

Os “*Bens do património histórico e cultural*” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “*Variações nos fundos patrimoniais*”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem no qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.



### c) Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### d) Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *Goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um *Badwill*



(ou *Negative Goodwill*) quando a diferença seja negativa. O *Goodwill* encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o *Goodwill* é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

#### **e) Inventários**

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.



#### f) Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de



juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **g) Fundos Patrimoniais**

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.



Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### **h) Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

#### **i) Financiamentos Obtidos**

##### Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Os “*Encargos Financeiros*” de “*Empréstimos Obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo





do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

#### Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. a) das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.



#### **j) Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

*“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.



As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2016 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

### **3.2.2. Outras políticas contabilísticas**

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidências objetivas de imparidade, nomeadamente na qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

### **3.2.3. Principais pressupostos relativos ao futuro**

A Entidade considera que existem condições suficientes para assumir a continuidade da sua atividade com a continuação o apoio da Segurança Social, através dos acordos de cooperação, e da gestão rigorosa dos aspetos económicos e financeiros.

### **3.2.4. Principais fontes de incerteza das estimativas**

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.



### **3.3. Alterações nas políticas contabilísticas:**

**indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração, voluntária ou de outra natureza, em políticas contabilísticas.

### **3.4. Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.**

A Entidade utilizou totalmente o regime do acréscimo pela primeira vez o que implica um aumento dos gastos (acrécimo de gastos). Todavia, a Entidade já havia refletido o efeito dos acréscimos de gastos associados com as remunerações dos funcionários a pagar no ano seguinte.

### **3.5. Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.**

A Entidade não procedeu a quaisquer alterações da apresentação da informação comparativa relativa ao período anterior.

### **3.6. Acontecimentos subsequentes.**

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço, ou seja, acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre as condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se foram considerados materialmente relevantes.



## 4. Ativos Fixos Tangíveis

### 4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

**a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;**

Todas as classes de “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados, genericamente, ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

**b) Métodos de depreciação usados;**

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, sendo que o valor residual dos bens depreciables é nulo.

**c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas;**

Descrição	Vida útil estimada
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50 anos
Edifícios e outras para a Saúde	20 anos
Equipamento básico	7 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	5 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	7 anos

**d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações; e**

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



## Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em 31.12.2019	Quantias brutas escrituradas		332 538,84	149 988,53	5 515 576,87	1 039 193,30	103 646,17	81 361,35	23 077,35		7 245 382,41
	Depreciações acumuladas				(2 372 314,39)	(770 303,18)	(98 096,17)	(75 215,30)	(18 846,65)		(3 334 775,69)
	Perdas por imparidade acumuladas										
	Quantias líquidas escrituradas		332 538,84	149 988,53	3 143 262,48	268 890,12	5 550,00	6 146,05	4 230,70		3 910 606,72
Movimentos do período 2019	Adições	Aquisições				10 354,52					10 354,52
		Estimativa de custos de desmantelamento e remoção									
		Trabalhos para a própria entidade									
		Outras									
	Revalorizações	Acréscimos por revalorização									
		Decréscimos por revalorização									
	Transferências	De ativos intangíveis em curso									
		Outras									
	Diminuições	Alienações									
		Abates									
		Outras									
	Depreciações	Aumentos de depreciações			(149 002,44)	(24 496,45)	(5 550,00)	(1 872,67)	(702,44)		(181 624,00)
		Reversões de depreciações									
	Perdas por imparidade	Aumentos de perdas por imparidade									
		Reversões de perdas por imparidade									
	Em 31.12.2019	Quantias brutas escrituradas		332 538,84	149 988,53	5 515 576,87	1 049 547,82	103 646,17	81 361,35	23 077,35	
Depreciações acumuladas				(2 521 316,83)	(794 799,63)	(103 646,17)	(77 087,97)	(19 549,09)		(3 516 399,69)	
Perdas por imparidade acumuladas											
Quantias líquidas escrituradas		332 538,84	149 988,53	2 994 260,04	254 748,19		4 273,38	3 528,26		3 739 337,24	
Movimentos do período 2020	Adições	Aquisições				2 477,29					2 477,29
		Estimativa de custos de desmantelamento e remoção									
		Trabalhos para a própria entidade									
		Outras									
	Revalorizações	Acréscimos por revalorização									
		Decréscimos por revalorização									
	Transferências	De ativos intangíveis em curso									
		Outras									
	Diminuições	Alienações									
		Abates									
		Outras									
	Depreciações	Aumentos de depreciações			(124 085,93)	(49 568,19)		(1 108,40)	(702,58)		(175 465,10)
		Reversões de depreciações									
	Perdas por imparidade	Aumentos de perdas por imparidade									
		Reversões de perdas por imparidade									
	Em 31.12.2020	Quantias brutas escrituradas		332 538,84	149 988,53	5 515 576,87	1 052 025,11	103 646,17	81 361,35	23 077,35	
Depreciações acumuladas				(2 645 402,76)	(844 367,82)	(103 646,17)	(78 196,37)	(20 251,67)		(3 691 864,79)	
Perdas por imparidade acumuladas											
Quantias líquidas escrituradas		332 538,84	149 988,53	2 870 174,11	207 657,29		3 164,98	2 825,68		3 566 349,43	



**e) Quantia e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural.**

A entidade não possui qualquer bem do património histórico, artístico e cultural.

**4.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:**

**a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos; e**

**b) Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis**

Ativos fixos tangíveis cuja titularidade está restringida e/ou dados como garantia de passivos	Naturezas das restrições	31.12.2020				31.12.2019			
		Quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis	Passivos garantidos			Quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis	Passivos garantidos		
			Formas das garantias	Naturezas dos passivos	Quantias escrituradas dos passivos		Formas das garantias	Naturezas dos passivos	Quantias escrituradas dos passivos
Bens do património histórico									
Ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais								
Ativos fixos tangíveis em curso									
Totais									

**4.3. Se os itens do ativo fixo tangível forem expressos por quantias revalorizadas, deve ser divulgado o seguinte:**

**a) A data de eficácia da revalorização;**

**b) Os métodos e pressupostos aplicados nessa revalorização;**

**c) Movimentos ocorridos no excedente de revalorização durante o período, com uma explicação do tratamento fiscal dos elementos nele contidos; e**

**d) A quantia escriturada no balanço que teria sido reconhecida se os ativos fixos tangíveis não tivessem sido revalorizados.**



(valores expressos em euros)

Ativos fixos tangíveis contabilizados por quantias revalorizadas		Propriedades de Investimento	Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Totais
		...	Terrenos e recursos naturais	...	
Datas de eficácia das revalorizações					
Métodos aplicados na estimativa do justo valor dos itens					
31.12.2019	Quantias escrituradas das classes revalorizadas				
	Quantias escrituradas que teriam sido reconhecidas se as classes revalorizadas tivessem continuado a ser mensuradas pelo modelo de custo				
	Excedente de revalorização				
31.12.2020	Quantias escrituradas das classes revalorizadas				
	Quantias escrituradas que teriam sido reconhecidas se as classes revalorizadas tivessem continuado a ser mensuradas pelo modelo de custo				
	Excedente de revalorização				

## 5. Ativos Intangíveis

### 5.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

- a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, os métodos e as correspondentes taxas de amortização usadas, bem como as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida;
- b) Explicação das situações excecionais em que se justifique a não utilização do prazo máximo de 10 anos para a amortização dos ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas; e
- c) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:





## Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos intangíveis com vida útil finita		Ativos intangíveis								Adiantamentos por conta de ativos intangíveis	Totais	
		Goodwill	Projetos de desenvolvimento	Propriedade industrial	Programas de computador		Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso			
					Gerados internamente	Outros						
Em 31.12.2019	Quantias brutas escrituradas					4 538,05	4 538,05				4 538,05	
	Amortizações acumuladas					(4 538,05)	(4 538,05)				(4 538,05)	
	Perdas por imparidade acumuladas											
	Quantias líquidas escrituradas											
Movimentos do período 2019	Adições	Aquisições em 1.ª mão										
		Outras aquisições										
		Trabalhos para a própria entidade										
		Outras										
	Transferências	De ativos intangíveis em curso										
		Outras										
	Diminuições	Alienações										
		Abates										
		Outras										
	Amortizações	Aumentos de amortizações										
		Reversões de amortizações										
		Diminuições por alienações e abates										
	Perdas por imparidade	Aumentos de perdas por imparidade										
		Reversões e utilizações de perdas por imparidade										
	Em 31.12.2019	Quantias brutas escrituradas					4 538,05	4 538,05				4 538,05
		Amortizações acumuladas					(4 538,05)	(4 538,05)				(4 538,05)
Perdas por imparidade acumuladas												
Quantias líquidas escrituradas												
Movimentos do período 2020	Adições	Aquisições em 1.ª mão										
		Outras aquisições										
		Trabalhos para a própria entidade										
		Outras										
	Transferências	De ativos intangíveis em curso										
		Outras										
	Diminuições	Alienações										
		Abates										
		Outras										
	Amortizações	Aumentos de amortizações										
		Reversões de amortizações										
		Diminuições por alienações e abates										
	Perdas por imparidade	Aumentos de perdas por imparidade										
		Reversões e utilizações de perdas por imparidade										
	Em 31.12.2020	Quantias brutas escrituradas					4 538,05	4 538,05				4 538,05
		Amortizações acumuladas					(4 538,05)	(4 538,05)				(4 538,05)
Perdas por imparidade acumuladas												
Quantias líquidas escrituradas												



## 5.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

- a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos intangíveis que sejam dados como garantia de passivos; e
- b) Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis.

Inexistência de qualquer situação a relatar.

## 6. Custos de Empréstimos Obtidos

### 6.1. Indicação da quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período, discriminada por naturezas de ativos que se qualificam.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

(valores expressos em euros)

Quantias de custos de empréstimos obtidos capitalizadas durante o período			Ativos que se qualificam				
			Ativos fixos tangíveis	Ativos intangíveis	Inventários	Outros	Totais
31.12.2020	Quantias escrituradas totais dos ativos que se qualificam						
	Custos de empréstimos obtidos capitalizados	Até ao período anterior					
		Durante o período					
31.12.2019	Quantias escrituradas totais dos ativos que se qualificam						
	Custos de empréstimos obtidos capitalizados	Até ao período anterior					
		Durante o período					

Em 31 de Dezembro de 2020, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:



(valores expressos em euros)

Empréstimos capitalizados	Valores contratuais dos empréstimos	Quantias escrituradas dos empréstimos			Custos de empréstimos obtidos suportados durante o período			Critérios de determinação das quantias de custos de empréstimos genéricos elegíveis para capitalização		Custo dos empréstimos obtidos capitalizados	
		Passivo corrente	Passivo não corrente	Totais	Juros	Outros	Totais	Dispêndios com os ativos que se qualificam	Taxas de capitalização usada	Parte capitalizada	Parte levada a gastos
Período 2020	Empréstimos genéricos	...									
	Empréstimos específicos	...									
	Empréstimos genéricos	...									
	Empréstimos específicos	...									
Período 2019	Empréstimos genéricos	...									
	Empréstimos específicos	...									
	Empréstimos genéricos	...									
	Empréstimos específicos	...									

## 7. Inventários

**7.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada.**

**7.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade.**

**7.3. Quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período, bem como de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período, e circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a tal reversão.**

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica “*Inventários*” apresentava os seguintes valores:



Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de inventários		Mercadorias e matérias de consumo			Inventários de produção			Totais
		Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Subtotais	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	
31.12.2020	Inventários armazenados na entidade		33 023,15	33 023,15				33 023,15
	Inventários que se encontram fora da entidade	Em trânsito						
		Em poder de terceiros						
	Adiantamentos por conta de compras com preço previamente fixado							
	Perdas por imparidade							
			33 023,15	33 023,15				33 023,15
31.12.2019	Inventários armazenados na entidade		36 465,47	36 465,47				36 465,47
	Inventários que se encontram fora da entidade	Em trânsito						
		Em poder de terceiros						
	Adiantamentos por conta de compras com preço previamente fixado							
	Perdas por imparidade							
			36 465,47	36 465,47				36 465,47

De referir que os valores da rubrica “*Matérias-primas, subsidiárias e de consumo*” se desdobram da seguinte forma:

- Géneros alimentares: 10 736,57 €
- Fraldas: 1 754,37 €
- Produtos de Higiene Corporal: 2 086,21 €
- Produtos de Higiene Geral: 11 685,02 €
- Produtos de Enfermagem: 6 760,98 €

O quadro abaixo, demonstra o desdobramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:



## Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(valores expressos em euros)

Quantias reconhecidas como gastos durante o período com relação às mercadorias e às matérias de consumo			Período 2020			Período 2019				
			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais		
Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Compras	Inventários no começo do período	+		36 465,47	36 465,47		22 038,66	22 038,66	
		Compras	+		418 004,03	418 004,03		409 551,86	409 551,86	
		Devoluções de compras	-							
		Descontos e abatimentos em compras	-							
		= +			418 004,03	418 004,03		409 551,86	409 551,86	
	Reclassificações e regularizações	Reclassificações	+/-							
		Perdas em sinistros	-							
		Perdas por quebras	-							
		Outras perdas	-							
		Ofertas e amostras	-							
		Ganhos em sinistros	+							
		Ganhos por sobras	+							
		Outros ganhos	+							
		= +								
		Inventários no fim do período	-		33 023,15	33 023,15		36 465,47	36 465,47	
	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	=		421 446,35	421 446,35		395 125,05	395 125,05		
	Perdas em inventários	+								
	Ofertas e amostras de inventários	+								
	Perdas por imparidade	+								
	Totais	=		421 446,35	421 446,35		395 125,05	395 125,05		

## 8. Rendimentos e Gastos

### 8.1. Políticas contábilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.

O reconhecimento do rédito (e respetivos gastos) de uma transação são efetuados em função da fase de acabamento, ou seja, através do método da percentagem de acabamento, conforme disposto no parágrafo 20 da NCRF 20. Os procedimentos de reconhecimento do



rédito das prestações de serviços pelo método da percentagem de acabamento apenas devem ser aplicados quando entre a data em que a atividade do trabalho é iniciada e a data em que a atividade é concluída ocorram em períodos contabilísticos diferentes, ou seja, quando sejam trabalhos plurianuais.

## 8.2. Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais.

Inexistência de rendimentos excecionais

## 8.3. Rédito

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2020			Período 2019		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens						
Prestação de serviços	1 133 529,56	90,92%	(0,57%)	1 140 080,76	92,44%	7,76%
Juros						
Rendas	113 146,32	9,08%	21,40%	93 202,29	7,56%	(3,35%)
Royalties						
Dividendos						
Totais	1 246 675,88	100,00%	1,09%	1 233 283,05	100,00%	6,83%

## 9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

9.1. Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos, as reduções e as reversões.

9.2. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço.

9.3. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de ativos contingentes à data do balanço, cujo influxo de benefícios económicos é provável.



**9.4. Indicação do valor dos Fundos Permanentes por modalidade associativa das Mutualidades e do património líquido que lhes está afeto, bem como do respetivo grau de cobertura face às Provisões matemáticas necessárias.**

Não foram consideradas quaisquer provisões, passivos contingentes ou ativos contingentes

**10. Subsídios e outros apoios das Entidades Públicas**

**10.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais.**

**10.2. Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades.**

**10.3. Principais doadores/fontes de fundos.**

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

(valores expressos em euros) 2020

Relação dos subsídios obtidos		Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas			
		Medida	Entidade concedente	Objeto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total	
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	Fundo Rainha D. Leonor									
		...									
	Subsídios relacionados com rendimentos	Segurança Social	Acordo de Cooperação	Segurança Social	Apoio a atividade	Permanente	1-jan-20	31-dez-20	676 466,28		676 466,28
		CLDS/POISE	Projeto	CLDS/POISE	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-20	31-dez-20	63 985,80		63 985,80
		IEFP	Projeto	IEFP	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-20	31-dez-20	26 308,86		26 308,86
		Segurança Social	Projeto	COVID-19	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-20	31-dez-20	12 999,99		12 999,99
		PAC-PO AFMC/2018	Projeto	PAC-PO AFMC/2018	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-20	31-dez-20	2 532,78		2 532,78
								782 293,71		782 293,71	
	Reembolsáveis	...									
		...									
Totais								782 293,71		782 293,71	



## Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(valores expressos em euros) 2019

Relação dos subsídios obtidos		Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas			
		Medida	Entidade concedente	Objeto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total	
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	Fundo Rainha D. Leonor									
	...										
	Subsídios relacionados com rendimentos	Segurança Social	Acordo de Cooperação	Segurança Social	Apoio a atividade	Permanente	1-jan-19	31-dez-19	553 511,16		553 511,16
		CLDS/POISE	Projeto	CLDS/POISE	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-19	31-dez-19	104 374,50		104 374,50
		IEFP	Projeto	IEFP	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-19	31-dez-19	23 517,30		23 517,30
PAC-PO APMC/2018		Projeto	PAC-PO APMC/2018	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-19	31-dez-19	661,22		661,22	
								682 064,18		682 064,18	
Reembolsáveis	...										
	...										
Totais								682 064,18		682 064,18	

(valores expressos em euros)

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço		Período 2020					Período 2019				
		Demonstração dos resultados		Balanço			Demonstração dos resultados		Balanço		
		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Outras variações nos fundos patrimoniais)	Reconhecidas no passivo		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Outras variações nos fundos patrimoniais)	Reconhecidas no passivo	
			Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar					Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar	
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	Fundo Rainha D. Leonor	10 897,08	267 308,76				10 897,08	278 205,84		
	...										
			10 897,08	267 308,76				10 897,08	278 205,84		
	Subsídios relacionados com rendimentos	Segurança Social		676 466,28			553 511,16				
		CLDS/POISE		63 985,80			104 374,50				
IEFP			26 308,86			23 517,30					
Segurança Social			12 999,99								
		PAC-PO APMC/2018	2 532,78			661,22					
			782 293,71			682 064,18					
Reembolsáveis											
Totais			793 190,79	267 308,76			682 064,18	10 897,08	278 205,84		





## **11. Instrumentos Financeiros**

---

### **11.1. Bases de mensuração e políticas contábilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.**

As bases de mensuração e políticas contábilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, são apresentadas no ponto 3.2.1. f) deste Anexo.

### **11.2. Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:**

- a) Cotação de mercado (instrumentos com fácil identificação de mercado líquido e regulamentado);**
- b) Principais pressupostos subjacentes aos modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites, utilizados para a mensuração dos instrumentos financeiros relativamente aos quais não é facilmente identificável um mercado líquido e regulamentado;**
- c) Justo valor, alterações no justo valor inscritas diretamente na demonstração de resultados e alterações de justo valor inscritas nos fundos patrimoniais, para cada categoria de instrumentos financeiros; e**
- d) Volume e natureza de cada categoria de instrumentos financeiros derivados, principais modalidades, e condições que possam afetar o montante, o calendário e o grau de certeza dos fluxos de caixa futuros.**

A entidade não possui instrumentos financeiros mensurados ao justo valor.

### **11.3. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais.**

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:



Fundos Patrimoniais	Saldo em 1-jan-2019	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2019	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2020
Fundos	140 215,31			140 215,31			140 215,31
Excedentes Teóricos							
Reservas							
Resultados transitados	2 684 309,01		369 618,37	2 314 690,64		170 630,15	2 144 060,49
Excedentes de Revalorização							
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 447 471,39		10 897,08	1 436 574,31		10 897,08	1 425 677,23
Resultado Líquido do Período	(369 618,37)	369 618,37	170 630,15	(170 630,15)	170 630,15	63 123,80	(63 123,80)
	3 902 377,34	369 618,37	551 145,60	3 720 850,11	170 630,15	244 651,03	3 646 829,23

**11.4. Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor e termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.**

A entidade não deu em garantia, penhor ou promessa de penhor qualquer ativo financeiro.

**11.5. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:**

- a) Quantia das dívidas com duração residual superior a cinco anos; e
- b) Quantia de todas as dívidas cobertas por garantias reais prestadas pela entidade, e indicação da natureza e da forma dessas garantias.

Nos períodos de 2020 e 2019, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

(valores expressos em euros)

Investimentos Financeiros	Período 2020	Período 2019
Fundo de Compensação do trabalho	11 306,42	8 464,80
...		
	11 306,42	8 464,80



## Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

Nos períodos de 2020 e 2019, a Entidade detinha os seguintes “Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo”:

(valores expressos em euros)

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo menos qualquer perda por imparidade		Período 2020			Período 2019		
		Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Ativos financeiros	Créditos a receber	103 520,23	(154 580,06)	(51 059,83)	238 704,73	(157 030,90)	81 673,83
	Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros						
	Estado e outros entes públicos	7 497,30		7 497,30	2 638,61		2 638,61
	Outros ativos correntes	233 515,89		233 515,89	128 148,43		128 148,43
	...						
		344 533,42	(154 580,06)	189 953,36	369 491,77	(157 030,90)	212 460,87
Passivos financeiros	Fornecedores	146 274,62		146 274,62	84 948,14		84 948,14
	Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros						
	Estado e outros entes públicos	27 527,79		27 527,79	25 110,48		25 110,48
	Outros passivos correntes	242 351,65		242 351,65	245 332,55		245 332,55
			416 154,06		416 154,06	355 391,17	

No que se refere ao “Estado e outros entes públicos” é apresentada a seguinte discriminação dos valores da tabela abaixo:

(valores expressos em euros)

Estado e Outros Entes Públicos	Período 2020			Período 2019		
	Débito	Crédito		Débito	Crédito	
IRC - Tributações autónomas						
IRS - Retenções na fonte		2 935,00	(2 935,00)		3 057,96	(3 057,96)
IVA	7 497,30		7 497,30	2 638,61		2 638,61
Segurança Social		23 399,30	(23 399,30)		21 988,84	(21 988,84)
FCT / FGCT		1 193,49	(1 193,49)			
Outras Dívidas AT					63,68	(63,68)
	7 497,30	27 527,79	(20 030,49)	2 638,61	25 110,48	(22 471,87)



No que se refere aos “*Outros ativos correntes*” é apresentada a seguinte discriminação dos valores da tabela abaixo:

*(valores expressos em euros)*

<b>Outros ativos correntes</b>	<b>Período 2020</b>	<b>Período 2019</b>
Pessoal		
Outros devedores	214 970,00	118 476,39
Saldos devedores de fornecedores	1 149,40	557,54
Acréscimo de Rendimentos	17 396,49	9 114,50
	233 515,89	128 148,43

No que se refere aos “*Outros passivos correntes*” é apresentada a seguinte discriminação dos valores da tabela abaixo:

*(valores expressos em euros)*

<b>Outros passivos correntes</b>	<b>Período 2020</b>	<b>Período 2019</b>
Remunerações a pagar	912,43	712,32
Fornecedores de investimento	22 834,42	40 910,89
Credores por acréscimos de gastos	191 268,72	180 472,78
Outros devedores e credores	26 302,57	23 108,73
Adiantamentos de clientes	374,32	
Cientes saldos credores	659,19	127,83
	242 351,65	245 332,55



Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

*(valores expressos em euros)*

Diferimentos	Período 2020	Período 2019
<b>Ativo</b>		
Seguros Automovel	1 355,81	1 230,88
Seguros Multiriscos Riscos	2 940,71	2 283,37
Seguros Acidenes pessoais	369,35	573,69
Contrato Assistência F3M	1 194,64	1 004,50
Seguro Acidentes de Trabalho	6 608,49	5 311,29
Outros	99,63	199,26
	12 568,63	10 602,99
<b>Passivo</b>		
IEFP		8 142,21
POISE CLDS	181 082,16	62 506,24
FUNDO RAINHA D. LEONOR		
Rendas	10 343,05	
PAC-PO AMPC/2018		
	191 425,21	70 648,45

A Entidade não detinha, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, investimentos em *outros ativos financeiros*.

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

*(valores expressos em euros)*

Caixa e Depósitos Bancários	Período 2020	Período 2019
Caixa	38,12	646,46
Depósitos à Ordem	286 089,30	148 754,95
Depósitos a prazo	500,00	500,00
Outros		
	286 627,42	149 901,41



**11.6. Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor.**

Os ajustamentos, nomeadamente os relativos a imparidades, são apresentados no ponto 11.5 deste Anexo.

**11.7. Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:**

- a) Créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços;**
- b) Créditos sobre entidades subsidiárias e associadas;**
- c) Outros créditos;**
- d) Fundos subscritos e não realizados;**
- e) Diferimentos.**

A Entidade não reconheceu, nos períodos em análise, dívidas a receber cuja duração seja superior a um ano.

**11.8. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:**

- a) Empréstimos por obrigações;**
- b) Dívidas a instituições de crédito;**
- c) Adiantamentos recebidos sobre encomendas;**
- d) Dívidas por compras e prestações de serviço;**
- e) Dívidas representadas por letras e outros títulos a pagar;**
- f) Dívidas a entidades subsidiárias e associadas;**
- g) Outras dívidas;**
- h) Diferimentos.**

A Entidade não apresenta dívidas com maturidade superior a um ano e apresentadas no passivo não corrente.



## 12. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2020 e 2019, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

*(valores expressos em euros)*

<b>Subsídios e Doações</b>	<b>Período 2019</b>	<b>Período 2018</b>
<b>Doações</b>	888,06	941,67
Ativo Fixo Tangível		
Donativos particulares e empresas	888,06	941,67
<b>Subsídios ao Investimento</b>	10 897,08	10 897,08
Imputação a rendimento	10 897,08	10 897,08
<b>Subsídios à exploração</b>	782 293,71	654 372,59
Subsídios – Instituto Solidariedade e Seguração Social	676 466,28	537 224,13
POPH	63 985,80	104 467,84
IEFP	26 308,86	9 236,58
COVID-19	12 999,99	
PAC-PO APMC/2018	2 532,78	3 444,04
	793 190,79	665 269,67

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

## 13. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

*(valores expressos em euros)*

<b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>	<b>Período 2019</b>	<b>Período 2019</b>	<b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>	<b>Período 2019</b>	<b>Período 2019</b>
Subcontratos	0,00	0,00	Combustíveis	89 892,01	82 392,43
Trabalhos especializados	12 185,69	21 244,02	Água	3 552,42	7 049,02
Publicidade e propaganda	0,00	0,00	Deslocações e estadas	44,18	892,21
Vigilância e segurança	631,25	0,00	Transportes de mercadorias	0,00	0,00
Honorários	33 966,71	38 613,30	Rendas e alugueres	1 614,95	2 634,67
Conservação e reparação	35 342,11	26 628,47	Comunicação	6 254,15	6 817,82
Serviços bancários	240,46	1 313,99	Seguros	8 318,88	9 865,37
Ferramentas e utens. desgaste rápido	4 457,87	6 869,38	Royalties	0,00	0,00
Livros e documentação técnica	0,00	0,00	Contencioso e notariado	118,08	60,00
Material de escritório	10 312,52	3 415,74	Limpeza, higiene e conforto	23 394,42	8 510,69
Artigos para oferta	2 131,88	3 723,06	Outros serviços	3 375,91	4 792,91
Restantes Materiais	176,93	5 005,80	Outros	100,15	0,00
Electricidade	36 070,62	38 059,28		272 181,19	267 888,16



## 14. Outros rendimentos e Outros gastos

### 14.1. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “*Outros rendimentos e ganhos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

(valores expressos em euros)

Outros Rendimentos e Ganhos	Período 2020	Período 2019
Rendimentos suplementares		
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários	2 887,47	
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	695,10	
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros		232,53
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	113 146,32	93 202,29
Outros	11 544,57	14 449,56
	128 273,46	107 884,38

### 14.2. Outros gastos e perdas

A rubrica de “*Outros gastos e perdas*” encontra-se dividida da seguinte forma:

(valores expressos em euros)

Outros Gastos e Perdas	Período 2019	Período 2018
Impostos	1 895,84	1 748,61
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros		
Gastos e perdas em investimentos não financeiros		
Outros	5 319,58	19 901,58
	7 215,42	21 650,19





## 15. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

(valores expressos em euros)

Resultados Financeiros	Período 2019	Período 2018
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos		
Outros rendimentos similares		
<b>Juros e gastos similares suportados</b>	1,17	53,50
Juros suportados	1,17	53,50
Custas e Taxas		
Outros gastos e perdas de financiamento		
	(1,17)	(53,50)

## 16. Benefícios dos empregados

16.1. Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.

16.2. Compromissos existentes em matéria de pensões.

16.3. Membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão:

- a) Quantias dos adiantamentos e dos créditos concedidos, taxas de juro, principais condições e quantias reembolsadas, amortizadas ou objeto de renúncia;



- b) Compromissos assumidos em seu nome a título de garantias de qualquer natureza, e quantia global para cada categoria; e
- c) Remunerações dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade é o apresentado no quadro seguinte:

Colaboradores durante o período	Período 2020		Período 2019	
	Número de colaboradores no final do período	Média de colaboradores durante o período	Número de colaboradores no final do período	Média de colaboradores durante o período
Membros dos órgãos diretivos				
Empregados	104	98	104	98
Cooperantes				
Voluntários				

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Gastos com os funcionários	Período 2020	Período 2019
Remunerações dos Órgãos Sociais		
Remunerações ao Pessoal	1 016 593,56	1 014 513,54
Benefícios pós-emprego		
Encargos sobre remunerações	204 619,83	206 273,22
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	13 026,81	10 869,76
Gastos em ações social		
Outros gastos com o pessoal		
Totais	1 234 240,20	1 231 656,52



## **17. Acontecimentos após data de Balanço**

---

### **17.1. Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço.**

À data da elaboração deste relatório, Portugal e o mundo continuam a enfrentar, com dificuldade e preocupação, a Pandemia provocada pela disseminação generalizada do vírus Covid-19, tendo sido decretado diversos estados de Emergência, não se conhecendo, nem sendo possível antecipar, a extensão dos seus efeitos e das possíveis limitações que enfrentaremos no futuro, acreditando e apresentando o presente relatório assente no princípio da continuidade.

A pandemia do Covid-19, poderá vir a ter impacto direto e indireto nos nossos Utentes/Clientes, Fornecedores, Colaboradores e outras partes envolvidas no negócio.

A magnitude, extensão e durabilidade do atual momento de incerteza, torna a avaliação dos seus impactos diretos e indiretos, num exercício árduo e incerto. Pelo que à data de hoje a Misericórdia não tem informação disponível para proceder à sua eventual quantificação.

A Misericórdia está neste momento a gerir o seu plano de atividades e a trabalhar com o objetivo de encontrar soluções para dar resposta à procura da instituição, dentro dos trâmites legais instituídos pela Direção Geral de Saúde.

A Misericórdia tem procurado assegurar o bem-estar permanente de todos os Colaboradores e procedeu à implementação de um conjunto de ações preventivas acrescidas para proteger a sua saúde e segurança, tendo por base as recomendações da Direção Geral de Saúde para fazer face à pandemia.

A Misericórdia permanecerá atenta e cuidadosa perante os riscos que poderão surgir para a sua área de atuação, quer em termos operacionais, de investimento ou financeiros. Existe convicção de que com prevenção, serenidade e em conjugação de esforços com os parceiros se está preparado para enfrentar este desafio.

De 31 de dezembro de 2020 até à data de emissão este relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da instituição.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.



## **18. Agricultura**

---

**18.1. Identificação das categorias de ativos biológicos e produtos agrícolas mensurados ao justo valor e ao custo, respetiva quantia total escriturada e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade.**

**18.2. Justo valor e alterações no justo valor inscritas diretamente na demonstração de resultados, para cada categoria de ativos biológicos e produtos agrícolas mensurados ao justo valor.**

Inexistência de atividade relacionada com agricultura.

## **19. Divulgações exigidas por outros diplomas legais**

---

**19.1. Quantia agregada do dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido como um gasto durante o período.**

A Entidade não efetuou qualquer dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido em gastos.

### **19.2. Outras divulgações**

Nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro, em 31 de dezembro de 2020, a Entidade não apresentava dívidas ao Estado em mora.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que, em 31 de dezembro de 2020, a Entidade não tinha dívidas em mora à Segurança Social.

À data de elaboração do presente Anexo a Entidade tinha a situação tributária regularizada perante a Administração Tributária e Aduaneira e perante a Segurança Social.



## **20. Outras divulgações**

### **20.1. Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas:**

- a) Quantias dessas operações e natureza da relação com a parte relacionada; e**
- b) Outras informações sobre as operações necessárias para apreciar a posição financeira da entidade (divulgação limitada às operações contratadas com fundadores/patrocinadores/ doadores/associados/membros e com membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão da entidade).**

### **20.2. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.**

Não existem entidades relacionadas nem outras divulgações relevantes a efetuar que permitam melhorar a compreensão da posição financeira e dos resultados da Entidade.

A atividade desenvolvida no exercício de 2020 refletiu os efeitos da pandemia COVID-19, nomeadamente os diferentes períodos de confinamento implementados. O seu impacto na atividade operacional refletiu-se na diminuição de frequência e respetivos dos valores faturados aos utentes, pelo facto de naqueles períodos ter diminuído o volume de atividade. Todavia, a Misericórdia continuou a receber os valores normais e anteriormente previstos nos acordos de cooperação com a segurança social, pelo que o impacto nas contas foi diminuto.

De notar que, tendo em conta a atividade desenvolvida em prol dos utentes, é expectável que o nível de atividade permaneça em virtude da necessidade dos utentes, ou até aumente.

A Misericórdia tem procurado acompanhar, antecipar e mitigar os impactos da pandemia COVID19, tanto na vertente sanitária como económico-financeira, nas diversas valências desenvolvidas.

Simultaneamente, a Misericórdia aderiu a diversos apoios do IEFP na contratação de funcionários e a apoios para efeitos de combate ao COVID-19, nomeadamente para aquisição de EPI e afins, destinado a Instituições de Solidariedade Social.

A Misericórdia evidencia, atualmente, uma sólida geração de cash-flow e uma posição financeira reforçada, sendo convicção da Mesa Administrativa, que face à sua situação financeira e de liquidez, ultrapassará os impactos negativos desta crise, sem que esteja em causa o princípio da continuidade, aplicado na preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas. Também os fundos patrimoniais evidenciam já uma situação patrimonial bastante positiva.



A Misericórdia apresenta um plano de continuidade assente na sua atividade operacional junto dos utentes e que está protocolada como a Segurança Social, bem como nos planos de investimento e de candidaturas a apoios financeiros ao investimento e aos projetos de empregabilidade dos utentes.

Os planos que têm vindo a ser programados procuram assegurar a capacidade de cumprimento de todos os deveres legais e regulatórios, nomeadamente de reporte de informação e de salvaguarda dos direitos dos utentes.

Mêda, 15 de junho de 2021

---

**O Contabilista Certificado**

---

**A Mesa Administrativa**

Anselmo Antunes de Sousa

Jorge Adalberto Marques Daniel

António João do Nascimento

Luís Filipe Branco Lopes

António José Borges Prata

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Em cumprimento das disposições estatutárias, vimos, no exercício das nossas competências, apresentar o relatório sobre a ação fiscalizadora que efetuámos e dar o Parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pela Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Mêda (doravante designada Instituição), relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

Acompanhámos o desenvolvimento da atividade da Instituição, procedendo à verificação dos registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo sempre obtido da Mesa Administrativa, os esclarecimentos, as informações e os documentos solicitados.

Verificámos que as demonstrações financeiras, incluídas no conjunto dos documentos de prestação de contas, foram corretamente elaboradas e contabilizadas, tendo como base o Sistema de Normalização Contabilística para as entidades do sector não lucrativo.

Analisámos, também, o relatório da Mesa Administrativa, que relata os aspetos mais significativos das atividades e ações que foram desenvolvidas pela Instituição.

Face ao exposto, concluímos que o Relatório de Gestão, a Demonstração de Resultados e o Balanço exprimem de forma correta e verdadeira a situação patrimonial da Instituição, pelo que damos o nosso parecer favorável aos respetivos documentos.

**Mêda, 15 de junho de 2021**

O CONSELHO FISCAL,

\_\_\_\_\_  
Carlos Manuel Ferreira Sampaio

Presidente

\_\_\_\_\_  
João António Dias

Vogal

\_\_\_\_\_  
Palmira Maria Sião Martins Carneiro

Vogal

